



RELATÓRIO E CONTAS 2013



Mafra, 28 de Fevereiro de 2014



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

V.
/

QMF

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

- 1. Relatório de Gestão**
- 2. Balanço**
- 3. Demonstração de Resultados**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Anexo às Demonstrações Financeiras**
- 6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**
- 7. Certificação Legal das Contas**
- 8. Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Handwritten signature

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

V.
✱
QAR

Senhores Accionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., relativas ao exercício de 2013.

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A. e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€ totalmente detidos pelo Município de Mafra.

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.

V.
J
Q

- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa é de € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Actividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo constitui uma área de aposta do Município para um desenvolvimento sustentado, constituindo o EriceiraCamping um dos motores desse desenvolvimento, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para o concelho.

O modelo de exploração do EriceiraCamping, visa:

- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação às actuais exigências legais e do mercado desta infraestrutura, tendo para isso realizado um vasto conjunto de investimentos, sem os quais o seu funcionamento poderia ser posto em causa e fortemente condicionado.

- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade e assegurando que esta beneficie das sinergias decorrentes da fusão.
- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos no comércio e indústria de serviços local.

V.
J.
QMF

Com estes objectivos e com vista a afirmar a dimensão da procura, a GIATUL oferece um serviço diferenciado e necessário, pelo facto de dispor de um conjunto de infra-estruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 utentes.
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer um produto diferenciado.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação directa entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais valia para os potenciais utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a actividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, da totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, o que representa cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6.33 m², apresentando o EriceiraCamping uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes (P) e noites (N), foi a seguinte:

NACIONALIDADE	2013		2012		%	
	Totais		Totais		Totais	
	P	N	P	N	P	N
PORTUGUESA	18912	56868	19250	51920	-2%	10%
ALEMÃ	1076	3094	1108	3326	-3%	-7%
AMERICANA	22	52	27	52	-19%	0%
AUSTRALIANA	104	218	140	339	-26%	-36%
AUSTRIACA	169	500	145	505	17%	-1%
BELGA	164	431	187	575	-12%	-25%
BRASILEIRA	101	397	100	429	1%	-7%
ESPAÑHOLA	883	2262	1016	2640	-13%	-14%
FRANCESA	1828	4263	2208	5097	-17%	-16%
INGLESA	270	571	346	908	-22%	-37%
HOLANDESA	192	566	467	1297	-59%	-56%
ITALIANA	268	635	236	596	14%	7%
OUTRAS	955	2688	788	1913	21%	41%
POLACA	60	149	191	478	-69%	-69%
SUECA	48	161	20	54	140%	198%
SUIÇA	111	269	160	403	-31%	-33%
TOTAIS	25163	73124	26989	70532	-7%	4%

Poder-se-á concluir, através da análise do mapa, que embora o número de utentes tenha sofrido uma redução de 7%, verifica-se que o número médio de noites de permanência sofreu um acréscimo de 4%. Estes dados servem para evidenciar que, efectivamente, os nossos utentes, que se poderão considerar, fidelizados aumentaram o seu período de permanência o que é demonstrativo de que a redução do número de utentes não surge por inadequação dos nossos serviços, mas pelas contingências económico financeiras transversais a todas as actividades económicas. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se uma vez mais a um forte equilíbrio entre o mercado interno e o mercado externo, representando o primeiro, cerca de 60% da actividade da empresa. Entendemos que este equilíbrio

é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro é mais selectivo e exigente.

A utilização do Parque de Campismo por valências, foi no exercício de 2013 a seguinte:

Utentes	2013	2012	%
Campismo Eventual	377,880	414,839	-8,9%
Acordos Comerciais	525,621	564,859	-6,9%
Bungalows	147,859	145,683	1,5
Teepees	14,755	16,539	-10,8%
Outros	221,905	278,898	-20,4%
	1.288,020	1.420,817	-9,3%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2013 o volume das receitas sofreu um decréscimo de 9,3% resultante da quebra do número de utentes em virtude da recessão económica, bem como da redução das verbas provenientes do Turismo de Portugal que condicionaram a capacidade de intervenção e organização de eventos e que influenciou este resultado económico ou financeiro.

Eventos

No capítulo das actividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas que potenciaram uma maior procura do nosso parque e da própria Vila da Ericeira.

Destacamos:

- **Mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada"** em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra;
- **Divulgação do EriceiraCamping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, na Bolsa de Turismo de Lisboa.
- **O V SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão no concelho.
Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e uma assistência a rondar as 30.000 pessoas.

De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o nosso parque para estadia durante o decorrer do evento.

De salientar que o mesmo se tornou num sucesso total, quer nos aspectos organizativos que se poderão considerar de excelência, quer no comportamento do público participante.

- **III Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de divulgar o Pão de Mafra;
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no “jogo da bola” e na foz do Lizandro. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de animar as noites de verão da Vila;
- Apoio logístico e financeiro a diversas provas de surf, nomeadamente, Liga **Meo Pró Surf** e provas organizadas pelo Ericeira Surf Club.

2.2 Actividade de Execução de Infraestruturas e Rodovias

No desenvolvimento desta actividade, a GIATUL EM SA, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização colectiva.

Estas obras foram executadas para o Município de Mafra e para terceiros.

A Giatul procedeu ainda à venda de massas asfálticas e à recepção de materiais asfálticos para reciclagem.

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

O Plano de Actividades para este exercício foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS - 2013	Euros
Conservação de Diversas Estradas e Caminhos das Freguesias	1.150.000,00
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho.	15.000,00
Estradas e Caminhos.	60.000,00
Sinalização e Trânsito	40.000,00
Iluminação em Diversas Localidades	25.000,00
Gestão de Concessão da I.P. do Concelho	0,00
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	250.000,00
Diversos Estudos e Projectos	15.000,00
Equipamentos - Construções Diversas	15.000,00
Arruamentos em diversas povoações	480.000,00
Espaços Verdes Jardins	150.000,00
Infraestruturas Diversas	300.000,00
Trabalhos por conta de Particulares ou Sociedades	700.000,00
	3.200.000,00
Venda de Massas Asfálticas	300.000,00
Recepção e Venda de Reciclados	100.000,00
	400.000,00

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2013		%
Diversas Estradas e Caminhos - Conservação Corrente por contrato	1.819.933,57	61,00%
Saneamento em diversas freguesias do Concelho	38.302,10	0,00%
Estradas e Caminhos		0,00%
Sinalização de Transito	34.267,13	1,14%
Iluminação em Diversas Localidades		0,00%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Aguas e Reservatórios	67.506,18	2,25%
Diversos Estudos e Projectos		0,00%
Equipamentos - Construções diversas		0,00%
Arruamentos em diversas povoações	327.287,38	10,90%
Espaços verdes jardins	285.851,48	9,52%
Infraestruturas diversas	95.665,93	3,22%
Trabalhos para Terceiros	333.599,93	11,11%
	3.002.413,70	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	107.721,81
Recepção e Venda de Reciclados	5.106,00
	112.827,81

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2013	2012
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	100,43%	92,70%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L prazo / Imobilizad	100,07%	90,31%
Solvabilidade	Activo Líquido / Passivo	167,61%	159,19%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Líquido Total	43,34%	37,18%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	12,08%	11,98%

Volume de Negócios	4.173.821,51	5.466.594,77
Resultado Líquido	17.748,01	90.795,93
CashFlow	641.748,71	778.968,00

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2013, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	34.859,80	
Equipamento Básico	1.039,62	82.659,68
Equipamento Transporte	10.000,00	7.983,19
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo		1.253,72
Outras Imobilizações Corpóreas		
	45.899,42	91.896,59
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Matreduca SA	0,00	
	0,00	0,00
	45.899,42	91.896,59

5. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	428.996,93	10,22%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.871.102,56	44,56%
Custos com o Pessoal	1.157.750,28	27,58%
Outros Gastos e Perdas	78.044,07	1,86%
Imparidade de Dívidas a Receber	38.632,73	0,92%
Depreciações e Amortizações	624.000,70	14,86%
Total dos Gastos Operacionais	4.198.527,27	100,00%
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	123.477,61	2,74%
Prestação de Serviços	4.050.343,90	89,83%
Outros Rendimentos e Ganhos	334.856,92	7,43%
Total dos Rendimentos	4.508.678,43	100,00%

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa, apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013.

Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial. O comportamento recente das exportações tem revelado a capacidade das empresas portuguesas para encontrar novos mercados, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década. Não obstante, alguns constrangimentos estruturais ao crescimento económico continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro próximo. Em particular, destacam-se o elevado endividamento dos vários setores institucionais, o nível ainda relativamente baixo das qualificações da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, que promove uma longa duração do desemprego e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.

De acordo com as atuais projeções, o conjunto de medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2014 é consistente com os objetivos assumidos pelas autoridades para este ano. O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso.

Em 2014 antecipa-se uma recuperação gradual do emprego no sector privado e assume-se uma queda menos expressiva no sector público.

Relativamente à actividade do Parque de Campismo, as previsões das vendas para o ano de 2014 foram estimadas com uma diminuição de 1%, face ao ano de 2013. Uma estimativa que se considera prudente, em virtude da previsão da recuperação da situação económica e financeira descrita anteriormente.

Em termos gerais, pretende-se manter esta actividade com um nível superior de qualidade, sempre procurando a satisfação dos nossos clientes.

Com o objectivo de dinamizar o turismo no Concelho, prevê-se ainda a realização dos eventos já tradicionais, como seja, o Sumol Summer Fest, a mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada", o Festival do Pão, Animação de Verão na Ericeira, Provas de Surf, etc., para os quais se conta com patrocínios e o subsídio do Fundo de Turismo.

No conjunto das duas actividades, o Volume de negócio de 2014 da Giatul, deverá atingir os 3,812 milhares de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 18%, relativamente ao ano anterior.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem acções detidas pelos administradores.

Em 2013 não ocorreram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não ocorreu qualquer facto relevante após o fecho das contas.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício foi positivo em 17.748,01 euros;

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo valor mínimo de 10% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do Capital.

Como o valor existente ultrapassa esta taxa, não se propõe o seu reforço.

Assim, propomos que o resultado líquido do exercício, seja transferido para os Resultados Transitados.

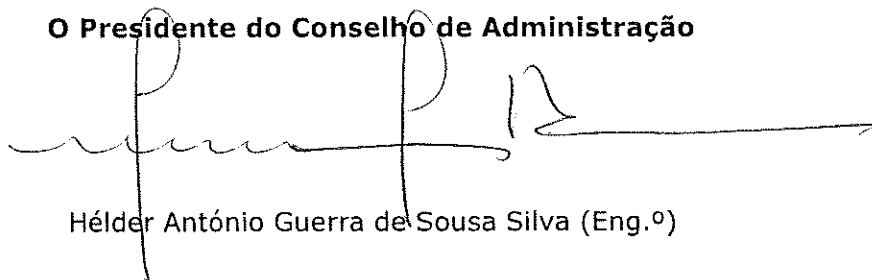
8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o seu agradecimento a todos os que ao longo deste exercício contribuíram para a consolidação da actividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Accionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 28 de Fevereiro de 2014

O Presidente do Conselho de Administração



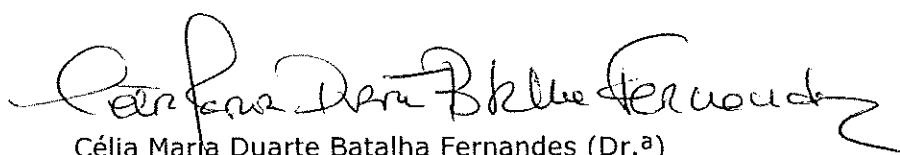
Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

V.
Jm

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

Giatul-Acti. Ludicas, Infra. E Rodovias, EM, SA
Balanço em 31 de Dezembro de 2013

euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	17	2.814.474,06	3.217.231,09	
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Activos intangíveis	18	9.012.307,67	9.212.307,71	
Activos biológicos				
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas/sócios				
Outros activos financeiros				
Activos por impostos diferidos				
		11.826.781,73	12.429.538,80	
Activo Corrente				
Inventários	21	45.198,05	55.028,25	
Activos biológicos				
Clientes	22	1.327.434,02	137.629,95	
Adiantamentos a fornecedores			1.000.000,00	
Estados e outros entes públicos	23	65.403,72	117.109,13	
Accionistas/sócios				
Outras contas a receber	20	310.088,09	398.184,00	
Diferimentos	19	47.690,69	43.178,00	
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				283.070,31
Activos não correntes detidos para venda				569.277,50
Caixa e depósitos bancários	24	206.361,43		
		2.002.176,00	2.603.477,14	
		13.826.957,73	15.033.015,94	
Total do activo				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	25	900.000,00	900.000,00	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais	26	356.800,25	356.800,25	
Outras reservas	27	425.027,06	425.027,06	
Resultados transitados	29	3.783.169,30	3.681.627,57	
Ajustamentos em activos financeiros	28	-6.925,00	-6.925,00	
Excedentes de revalorização				
Outras variações no capital próprio		102.675,02	142.170,44	
		5.560.746,63	5.498.700,32	
Resultado líquido do período		17.748,01	90.795,93	
Interesses minoritários				
Total do capital próprio		5.578.494,64	5.589.496,25	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	33	6.256.937,84	5.635.128,45	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras contas a pagar				
		6.256.937,84	5.635.128,45	
Passivo corrente				
Fornecedores	32	793.269,46	1.527.798,67	
Adiantamentos de clientes		0,00	97.454,97	
Estado e outros entes públicos	30	58.829,65	26.190,14	
Accionistas/sócios				
Financiamentos obtidos	33	272.839,26	1.299.153,68	
Outras contas a pagar	31	228.407,88	183.981,78	
Diferimentos	19	640.179,00	673.812,00	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
		1.993.525,25	3.808.391,24	
Total do passivo		8.250.463,09	9.443.519,69	
Total do capital próprio e do passivo		13.826.957,73	15.033.015,94	

Maíra, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

3 – Demonstração de Resultados

Giatal-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA

Demonstração de Resultados por Naturezas

Em 31 de Dezembro de 2013

euros

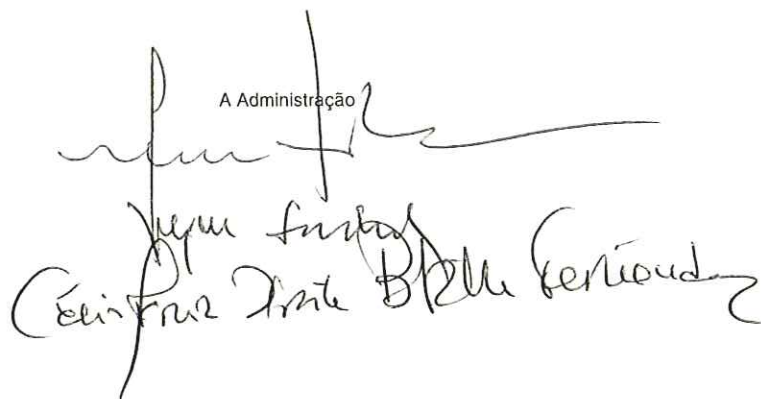
RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	6	4.173.821,51	5.466.594,77
Subsídios à exploração	12	96.445,00	103.706,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	1.461,14
Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	428.996,93	847.873,63
Fornecimentos e serviços externos	8	1.871.102,56	2.265.691,79
Gastos com pessoal	9	1.157.750,28	1.068.653,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	6.973,13	265.866,05
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11	192.049,94	241.771,30
Outros gastos e perdas	13	78.044,07	63.514,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		933.395,74	1.299.281,10
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	14	624.000,70	688.172,07
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		309.395,04	611.109,03
Juros e rendimentos similares obtidos	15	268,32	26.442,21
Juros e gastos similares suportados	16	266.047,50	501.446,16
Resultado antes de impostos		43.615,86	136.105,08
Impostos sobre o rendimento do período		25.867,85	45.309,15
Resultado líquido do período		17.748,01	90.795,93

Mafra, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatal-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

euros

Rubricas			2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:				
Recebimento de clientes		+	5.602.784,10 €	6.640.793,87 €
Pagamentos a fornecedores		-	-2.977.322,21 €	-3.174.457,93 €
Pagamentos ao pessoal		-	-605.328,23 €	-648.256,24 €
Caixa gerada pelas operações		+/-	2.020.133,66 €	2.818.079,70 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-30.804,78 €	-7.792,12 €
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	-735.706,03 €	-121.639,53 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	+/-	1.253.622,85 €	2.688.648,05 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	-45.899,42 €	-6.914,01 €
Activos intangíveis		-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		-	0,00 €	0,00 €
Outros activos		-	0,00 €	-1.001.629,75 €
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	91.896,59 €	12.731,85 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+	0,00 €	0,00 €
Outros activos		+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento		+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		+	0,00 €	14.804,92 €
Dividendos		+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	+/-	45.997,17 €	-981.006,99 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos		+	2.350.000,00 €	3.120.000,13 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos		+	0,00 €	0,00 €
Doações		+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos		-	-4.012.536,09 €	-4.112.541,01 €
Juros e gastos similares		-	0,00 €	0,00 €
Dividendos		-	0,00 €	-519.503,88 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	+/-	-1.662.536,09 €	-1.512.044,76 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	+/-	-362.916,07 €	195.596,30 €
Efeitos das diferenças de câmbio		+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	569.277,50 €	373.682,48 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	206.361,43 €	569.277,50 €

Maíra, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Handwritten signatures]
 Celso José Duarte Brito (ferreira)

V. J.
Omar

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **GIATUL, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

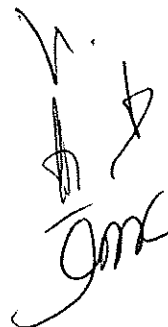
Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;



- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respectivas infraestruturas, no Município de Mafra.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

O sector de turismo constitui uma área de aposta do Município para um desenvolvimento sustentado, constituindo o EriceiraCamping um dos motores desse desenvolvimento, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para o concelho.

O modelo de exploração do EriceiraCamping, visa:

- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação às actuais exigências legais e do mercado desta infra-estrutura, tendo para isso realizado um vasto conjunto de investimentos, sem os quais o seu funcionamento poderia ser posto em causa e fortemente condicionado.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade e assegurando que esta beneficie das sinergias decorrentes da fusão.
- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos no comércio e indústria de serviços local.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2013, consiste, na informação da sociedade "GIATUL EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2012
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	-2.867.119,05

As Contas de 2013 ainda não foram disponibilizadas na presente data.

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2012 apresentava Capitais Próprios negativos em 11.014.574,86 €.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO***Imparidade de activos***

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

W.
↓
DM

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Instituto do Turismo de Portugal, referente a eventos ocorridos em 2013. Foram reconhecidos os rendimentos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do recebimento dos valores previstos.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e

incertezas associados à obrigação. O montante das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e actualizar os exfluxos de caixa futuros.

A GIATUL concluiu o acordo realizado no exercício anterior com alguns dos seus fornecedores, onde se propôs efectuar os pagamentos das suas facturas através de um contrato de Confirming intermediado pelo Banco Santander Totta, tendo atingido um valor global de Novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e setes euros e trinta e dois cêntimos.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e

menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não

totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juizos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumptões realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a) Mensuração de propriedades de investimento: As propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.
- b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas de produtos acabados	123.477,71	277.625,71
Prestação de Serviços - Contratos de Construção	4.050.343,90	5.188.969,06
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	4.173.821,51	5.466.594,77

As Prestações de Serviços ocorrem apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Existências Iniciais	55.028,25	56.566,81
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	439.790,22	846.335,07
Existências finais	45.198,05	55.028,25
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	449.620,42	847.873,63

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2013	2012
Subcontratos	1.078.586,80	1.306.474,34
Trabalhos especializados	164.432,12	205.842,39
Publicidade e propaganda	3.085,63	11.092,11
Vigilância e segurança	98.361,51	75.323,60
Honorários	35,00	2.530,49
Comissões	3.426,42	60.344,97
Conservação e reparação	47.951,16	99.045,08
Serviços Bancários	48.451,68	9.556,41
Outros Serviços	45,00	2.335,56
Ferramentas e Utensílios	6.966,42	7.086,71
Livros e documentação técnica	636,32	1.095,9
Material de escritório	5.534,42	5.951,57
Artigos para oferta	175,00	251,96
Electricidade	105.335,00	80.737,13
Combustíveis	136.472,40	216.957,43
Água	33.083,22	23.039,75
Lubrificantes	539,07	2.065,00
Deslocações e estadas	3.851,95	2.670,77
Rendas a alugueres	59.305,73	57.086,98
Comunicação	17.624,47	15.662,28
Seguros	25.520,86	36.602,49
Contencioso e notariado	1.285,37	5954,46
Despesas de representação	4.697,93	4024,87
Limpeza, higiene e conforto	25.646,90	33.959,54
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	1.871.102,56	2.265.691,79

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	863.450,10	834.090,42
Encargos sobre remunerações para a segurança social	186.710,55	172.662,67
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12.431,09	15.582,66
Indemnizações e acordos de rescisão	60.000,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	35.158,54	46.317,62
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.157.750,28	1.068.653,37

O número médio de funcionários em 2013 foi de 60, sendo 11 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aumentos de ajustamentos de valor em outros devedores	0,00	30.379,22
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	38.632,73	235.486,83
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	38.632,73	265.866,05

Os ajustamentos para Clientes foram feitos tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros rendimentos alheios ao valor acrescentado	0,00	0,00
Recuperação de dívidas	0,00	0,00
Ganhos em inventários	232,00	7.979,80
Ganhos em activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Correcções imputáveis a períodos anteriores	23.728,78	71.345,60
Outros rendimentos e ganhos	168.089,16	162.475,90
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	192.049,94	241.801,30

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa", que gerou um rendimento no montante de 133.520,00 euros, no exercício de 2013.

Foi recebida uma indemnização por sinistro num activo tangível, no valor de 232,00 euros, que foi igualmente reconhecida na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

12. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	2013	2012
Subsídios à exploração	96.445,00	103.706,00
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	96.445,00	103.706,00

Na rubrica de Subsídios à exploração foram reconhecidos rendimentos referentes ao contrato celebrado em 2013 entre a Giatul e o Instituto do Turismo de Portugal. Esta última concedeu um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 96.445,00 para implementação do plano de "Promoção e Animação Turística do Município de Mafra para 2013", conforme se discrimina:

Eventos 2013	2013	2012
1. Participação em feiras - BTL 2013 e FIA 2013	15.000,00	23.706,00
2. Material de informação e divulgação turística	1.445,00	0,00
3. V Edição Ericeira Summer Fest	50.000,00	50.000,00
4. III Festival do Pão	30.000,00	30.000,00
Soma	96.445,00	103.706,00

Neste exercício, foi recebido do Instituto do Turismo de Portugal, o valor total previsto.

13. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de Outros Ganhos e Perdas dos exercícios:

	2013	2012
Impostos indirectos	17.177,18	33.512,87
Impostos directos	781,81	6.027,81
Correcções de Exercícios Anteriores	51.048,82	12.535,05
Taxas	6.506,33	9.346,63
Multas e penalidades	2.055,62	1.512,63
Outros gastos e perdas	474,31	310,00
Outros gastos e perdas na DRN SNC	78.044,07	63.244,99

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Amortizações de activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	32.149,33	32.859,31
Equipamento básico	362.352,58	419.723,48
Equipamento de transporte	25.267,65	29.765,79
Equipamento administrativo	1.563,28	2.520,31
Outros activos fixos tangíveis	2.667,82	3.303,17
Propriedade Industrial	200.000,04	200.000,00
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC:	624.000,70	688.172,06

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros obtidos de depósitos	268,32	26.442,21
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	268,32	26.442,21

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros contraídos com empréstimos bancários	259.723,88	420.946,59
Juros contraídos em locações financeiras	3.014,57	4.446,59
Juros de mora e compensatórios em impostos	1.632,87	845,02
Outros gastos financeiros	1.676,18	75.207,96
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	266.047,50	501.446,16

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21				420.691,21
Edifícios e outras construções	390.685,65				390.685,65
Equipamento básico	6.098.601,67		82.659,68		6.015.941,99
Equipamento de transporte	384.854,79		7.983,19		376.871,60
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	86.140,22		1.253,72		84.886,50
Outros activos fixos tangíveis	167.750,33				167.750,33
Depreciações acumuladas	-4.709.594,02		67.240,80		-4.642.353,22
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	2.839.129,85		159.137,39		2.814.474,09

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações
11.039,62	91.896,59

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Póvoa de Cima”, localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Activos Intangíveis					
Goodwill	0,00				
Projectos de desenvolvimento	0,00				
Programas de computador	0,00				
Propriedade industrial	10.912.307,80				10.912.307,80
Outros activos intangíveis	0,00				
Amortizações acumuladas	-1.700.000,09	-200.000,04			-1.900.000,13
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	9.212.307,71	-200.000,01	0,00		9.212.307,71

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 372,88	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956,08	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619,09	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462,17	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732,28	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801,30	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283,08	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 108,52	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317,44	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381,20	50 anos Direitos Superf
Dir superf terreno Abrunheira	31/12/2008	138 273,76	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	3.099. 999,87	Cessão Exploração
Soma		9.012. 307,67	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em Dezembro de 2012, sendo que não ocorreu qualquer facto relevante para que a Administração considerasse necessária uma nova Avaliação.

19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2013	2012
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	38.686,05	40.683,32
Gastos a Reconhecer	9.004,64	2.494,68
Outras contas a pagar no balanço SNC	47.690,69	43.178,00

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2013	2012
Rendimentos a Reconhecer (Proveitos Diferidos)	640.179,00	673.812,00

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2013	2012
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	61.170,91	389.147,07
Valores resultantes de Partilha - Somipetra SA	0	7.337,06
Valores a receber - Somipetra SA	0	699,87
Outros devedores	249.177,92	1.000,00

Outras contas a receber no balanço SNC	310.088,09	398.184,00
--	------------	------------

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 22.352,00 Euros de valores facturados em 2014 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2013.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2013	2012
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	45.198,05	55.028,25
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	45.198,05	55.028,25

22. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2013	2012
Clientes C/C - Mercado Nacional	182.934,02	137.629,95
Clientes C/C – Títulos a Receber	17.000,00	0,00
Clientes - Factoring	1.127.500,00	
Clientes no balanço SNC	199.934,02	137.629,95

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2013	2012
IRC Capitais	0,00	902,84
IRC Prediais	29.685,76	0,00
IRC Juros Bancários	67,11	0,00
Pagamento Especial por Conta	11.733,18	0,00
Pagamento por Conta	6.130,98	0,00
IVA a Recuperar	17.786,69	116.206,29
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	65.403,72	117.109,13

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2013	2012
Caixa	4.508,38	2.519,21
Depósitos imediatamente mobilizáveis	99.353,05	566.758,29
Depósitos a Prazo	102.500,00	
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	206.361,43	569.277,50

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00	900.000,00

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas legais	356.800,25	356.800,25
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25	356.800,25

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Reservas Livres:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas livres	425.027,06	425.027,06
Outras reservas no balanço SNC	425.027,06	425.027,06

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultados Transitados	3 783 169,30	3 681 627,57
Resultados transitados no balanço SNC	3 783 169,30	3 681 627,57

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00	0,00
CGA e ADSE a pagar	3.411,80	0,00
Segurança social a pagar	16.547,77	20.043,24
IRS a pagar	8.065,30	5.961,48
IRC a Pagar	30.804,78	185,42
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	58.829,65	26.190,14

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	202.706,54	147.610,50
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	32,59	31,74
Impostos diferidos	25.668,75	36.339,54
Outras contas a pagar no balanço SNC	228.407,88	183.981,78

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores C/C	583.373,74	549.563,25
Fornecedores C/ garantias	209.895,72	231.592,09
Fornecedores C/ Confirming	0,00	746.643,42
Fornecedores no balanço SNC	793.269,46	1.527.798,76

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2013	2012
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	6.256.937,84	5.635.128,45
Financiamentos obtidos no balanço SNC	6.256.937,84	5.635.128,45
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	272.839,26	1.299.153,68
Financiamentos obtidos no balanço SNC	272.839,26	1.299.153,68

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Caucionada, Locação financeira e Desconto de Letras.

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2013	2012
<u>Saldos em outras contas a receber</u>		
Câmara Municipal de Mafra	73.211,35	0,00
<u>Saldos em contas a pagar</u>		
Câmara Municipal de Mafra	84.801,36	133,28

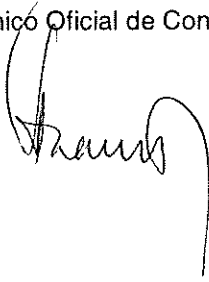
36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transacções ocorridas com associadas:

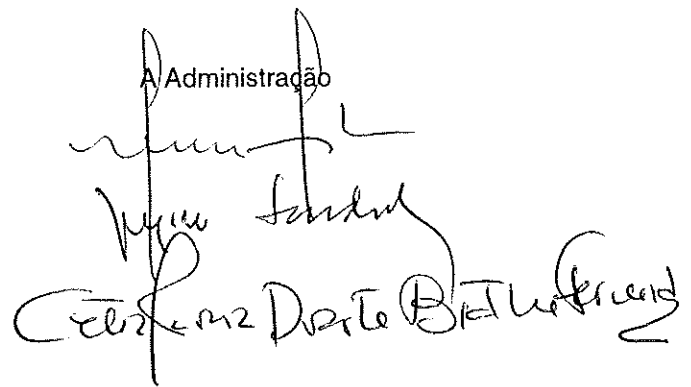
	2013	2012
<u>Réditos</u>		
Câmara Municipal de Mafra	2.624.715,19	3.783.374,87
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Câmara Municipal de Mafra	132.116,01	114.213,96

Mafra, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Giatal-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2013

euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Reservações - incrementos de valor - incrementos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ações financeiras	Compartes de participação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.661.827,57 €	-6.925,00 €	0,00 €	145.170,44 €	90.795,93 €	5.589.499,25 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de política contabilística													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Reversão do acréscimo de valorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Expendícios de reclassificação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00 €	0,00 €	101.541,73 €	0,00 €		-39.495,42 €	-39.795,93 €	-28.749,62 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	101.541,73 €	0,00 €	0,00 €	-39.495,42 €	-39.795,93 €	-28.749,62 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											17.748,01 €	17.748,01 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-73.047,32 €	-11.001,61 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													0,00 €
Realizações de prémios de emissão													0,00 €
Distribuições													0,00 €
Entradas para cobertura de perdas													0,00 €
Outras operações													0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	11=6+7+8+10	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.763.369,30 €	-6.925,00 €	0,00 €	102.675,02 €	17.748,01 €	5.578.494,64 €
												0,00 €	5.578.494,64 €

Mafra, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Giatiul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2012

EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quintas) próprias	Reservas de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Condições de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	500.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.100,00 €	10.892,03 €	-237.945,00 €	0,00 €	0,00 €	142.170,44 €	82.088,38 €	507.305,85 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		400.000,00				354.700,25 €	406.135,03 €	3.919.572,57	-6.925,00 €		0,00 €	-82.088,38 €	4.991.394,47 €
	7	400.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	354.700,25 €	406.135,03 €	3.919.572,57 €	-6.925,00 €	0,00 €	0,00 €	-82.088,38 €	4.991.394,47 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											90.795,93 €	90.795,93 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											8.707,55 €	5.082.190,40 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													0,00 €
Realizações de prémios de emissão													0,00 €
Distribuições													0,00 €
Entradas para cobertura de perdas													0,00 €
Outras operações													0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	11=6+7+8+10	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.681.627,57 €	-6.925,00 €	0,00 €	142.170,44 €	90.795,93 €	5.589.496,25 €

Matrn, 28 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas



11

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de 13.828.958 euros e um total de capital próprio de 5.578.495 euros, incluindo um resultado líquido de 17.748 euros, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, vimos chamar à atenção para a seguinte situação:
 - a) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2012 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 11.014.575 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da “Giatul, EM” encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

Relato sobre os requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 25 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único



JS

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.
2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada com a data de 25 de Março de 2014, com a seguinte ênfase:
 - a) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2012 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 11.014.575 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da “Giatul, EM” encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 25 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

O Fiscal Único

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167



11

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de 13.828.958 euros e um total de capital próprio de 5.578.495 euros, incluindo um resultado líquido de 17.748 euros, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 25 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada com a data de 25 de Março de 2014, com a seguinte ênfase:

a) A "Giatul, EM" detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, SA", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2012 a "Mafreduca, SA" apresentou Capitais Próprios negativos em 11.014.575 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013. A "Giatul, EM" tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na "Mafreduca, SA", chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, EM" encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 25 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

O Fiscal Único

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167